

## **Gato no telhado**

### **NEGOCIAÇÃO RUIM COM UNIÃO EUROPÉIA PODE CONTAMINAR A ALCA**

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

A aproximação da data limite de 31 de outubro para a conclusão das negociações comerciais entre Mercosul e União Européia tem contribuído muito para que o governo reavalie sua política econômica externa, em meio a sintomas de fadiga e troca de recriminações entre diferentes ministérios e lideranças empresariais. O que se vê é um questionamento necessário e oportuno da essência da política externa do atual governo.

De fato, quase todas as iniciativas diplomáticas que poderiam ter implicações econômicas relevantes estão em banho-maria, dominadas por aspectos políticos. O objetivo de obter uma cadeira do Conselho de Segurança das Nações Unidas expandido tem tido importância desmesurada na agenda brasileira. Foi política a tônica da diplomacia presidencial, agora valorizando as raízes populares do presidente e o seu compromisso com a erradicação da pobreza, embora à custa de algum quixotismo explícito. A aproximação política em relação às outras grandes economias em desenvolvimento - África do Sul, China e Índia - é, também, manifestação significativa do maior protagonismo da diplomacia brasileira.

Mas as virtudes líquidas de elementos importantes de tal estratégia não são óbvias. Enquanto os benefícios parecem difusos, os custos são concretos e substanciais. Será prestigioso para o Itamaraty e para o País que o Brasil esteja no Conselho de Segurança reformado. O faux pas bernardista da diplomacia brasileira, retirando-se da Liga das Nações em 1926, por não ter acolhido a sua postulação quanto a um lugar no Conselho Permanente, seria afinal corrigido com atraso octogenário... Os custos são mais evidentes. Serão provavelmente maiores os compromissos financeiros, com maior presença brasileira em escala global. Será também mais oneroso politicamente opor-se à unilateralidade dos EUA. Não deve, também, ser desprezado o potencial de hostilidade suscitado pelos postulantes explícitos. A disputa pela representação da África, entre Cairo, Lagos e Pretória, será muito desgastante. A Indonésia e o Paquistão na Ásia, o México e a Argentina na América Latina, a Itália na Europa, lutarão com afinco por um formato de expansão do Conselho de Segurança baseado em alguma rotatividade. Caso a postulação fracasse haverá significativa perda de face.

O que poderia justificar tal estratégia seria sua combinação com plataforma econômica calcada no objetivo de aumentar expressivamente a presença brasileira nos mercados mundiais. Mas o contraponto aos sucessos políticos da estratégia com ênfase no protagonismo tem sido a insuficiência de resultados nas

negociações comerciais nas quais o Brasil está envolvido. A relutância quanto à Alca resultou na Alca light que, por sua própria essência, impede que o Brasil obtenha significativa melhora de acesso ao mercado dos EUA. As negociações com a União Européia foram inicialmente abençoadas nos mais altos escalões, com base na crença ingênua de que seria menos objetável, pois a postura política européia é menos censurável do que a norte-americana. Mas não tardou para que as conhecidas resistências internas quanto à abertura do mercado brasileiro se combinassem ao escancarado protecionismo agrícola europeu para levar a negociação ao impasse. Isto em meio a repetidas manifestações de crise no Mercosul, com o leque cada vez mais amplo de dificuldades com a Argentina que inclui desde quotas de fogões até atritos quanto a posturas comuns na negociação com os europeus. As negociações referentes a acordos comerciais com África do Sul, China e Índia arrastam-se e terão resultados limitados. O importante resultado na OMC, com ativa participação brasileira, significou apenas que as negociações não fracassaram.

Com os tropeços na negociação com a União Européia percebe-se, finalmente, certo salutar nervosismo no Planalto quanto à falta de resultados concretos da sua estratégia externa. A ponto de o presidente instar publicamente seus auxiliares a prosseguir com as negociações. Será que haverá tempo para obter acordo que não signifique aceitar propostas européias que muitos consideram irrisórias? O Itamaraty parece metido em uma situação difícil. Haveria danos com a aceitação de menor abertura dos mercados europeus do que teria sido possível se a postura brasileira tivesse sido mais flexível quanto, por exemplo, a abertura do mercado de veículos ou a misteriosas cláusulas de proteção a futuras indústrias nascentes. Além disso, a aceitação de um balanço de concessões desfavorável na negociação com a União Européia, sob pressão do cronograma, certamente criaria precedente com implicações concretas na negociação da Alca. Seria difícil ao governo insistir em que, por razões de cunho político, não poderia oferecer concessões comerciais semelhantes nos dois acordos. Se a idéia era usar as negociações simultâneas na Alca e com a União Européia para extrair melhores resultados nas duas frentes, será melancólico se os resultados insatisfatórios de uma negociação forem transmitidos à outra.

A alternativa de um acordo light entre Mercosul e União Européia, para salvar faces, teria o inconveniente de permitir, mais uma vez, que a forma subjuga a substância, cenário já visto na negociação da Alca. O fracasso das negociações no fim do mês daria mais substância às alegações injustas de que a nossa diplomacia é melhor de "firula" do que de resultados concretos.

-----  
Marcelo de Paiva Abreu é doutor em economia pela Universidade de Cambridge e professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, em licença sabática.